

PÁG 2 Conselho discute pauta do mercado em meio à crise

PÁG 4 Limp assume secretaria de Energia Elétrica do MME, Hélivio e Saboia são indicados para Aneel e ANP

PÁG 6 SRM e Abraceel discutem temas do estudo para abertura do mercado

PÁG 8 MME e Abraceel discutem isonomia na conexão

PÁG 11 CCEE realiza reunião de interação com as associações do Setor Elétrico via Plataforma Online

PÁG 13 Sumário Regulatório

PÁG 14 Radar Legislativo

PÁG 15 Curtas: Abraceel se reúne com o IBP

Aprovado o edital da Chamada Pública da TBG nº 01/20

Autorização para importar e/ou exportar energia elétrica

... e muito mais!

PÁG 18 Agenda Semanal Abraceel



CONSELHO DISCUTE PAUTA DO MERCADO EM MEIO À CRISE

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel e Abrace enviam carta ao setor informando a indicação de Marcelo Loureiro para a CCEE;
- Conselho orienta discutir com as empresas associadas se a Abraceel deve continuar pleiteando vaga dos comercializadores no Conselho do ONS;
- Pandemia atrasa agenda do setor no Congresso.



Tempo de leitura:
3 minutos

O Conselho da Abraceel realizou call extraordinário fechado, no dia **19.03**, destinado a alinhar as ações da Diretoria Executiva em virtude das novas circunstâncias oriundas da pandemia do COVID-19 (coronavírus). Reginaldo Medeiros informou aos conselheiros as seguintes ações em curso no âmbito da Associação:

a) eleição na CCEE:

A primeira recomendação do Conselho foi no sentido de a Abraceel sugerir a votação eletrônica para a Câmara, em oposição ao e-mail de convocação presencial para a Assembleia. Para informar a indicação de Marcelo Loureiro como representante da categoria Comercialização, Abraceel e Abrace assinaram carta que será enviada à CCEE, ANEEL e MME. Ademais, a Diretoria e o Conselho estarão em contato com as empresas para informar o consenso da categoria em torno de Marcelo Loureiro.

b) atualização sobre ações e reuniões em curso pela Abraceel

No dia **26.03**, estava prevista uma reunião presencial da Aneel e CCEE com a Abraceel, que deverá ser realizada via call no mesmo dia, às 14h30. A Associação aguarda as orientações da Agência acerca da tecnologia a ser utilizada.

c) participação dos comercializadores no Conselho do ONS

O pleito da participação dos comercializadores no Conselho do ONS será levado aos associados, para discussão dos benefícios, custos e responsabilidades que a medida pode trazer, na medida em que essa participação pode ocorrer também na Assembleia. Caso a orientação das empresas associadas seja para continuar pleiteando vaga no Conselho do Operador, a Abraceel formalizará a proposta para a Aneel novamente.

d) PLS 232 – portabilidade e PL 3975-GSF:

Reginaldo Medeiros informou a possibilidade de apresentação de recurso, o que de fato foi feito pelo Senador Jean Paulo Prates (PT-RN). Assim, o PLS 232 segue para análise do Plenário do Senado.



Dado o cenário da pandemia, há maior dificuldade para apreciação do PL 3975 (GSF). O Senado esteve reunido remotamente hoje, **20.03**, para reconhecer estado de calamidade pública.

e) assuntos gerais

Finalizando o call, os presentes discutiram os possíveis impactos que serão sentidos no setor de energia em virtude da pandemia. Reginaldo Medeiros destacou carta da CNI com a Proposta para Atenuar os Efeitos da Crise na Indústria e, dentre as medidas, está propondo a redução temporária das tarifas de energia elétrica (encargos setoriais e bandeiras mínimas) sob a justificativa de reduzir exigências de capital de giro das empresas.



LIMP ASSUME SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO MME, HÉLVIO E SABOIA SÃO INDICADOS PARA ANEEL E ANP

Matéria em 1 minuto:

- Rodrigo Limp deixa Aneel e assume Secretaria de Energia Elétrica do MME;
- Hélio Guerra é indicado para a diretoria da Aneel e Rodolfo Saboia para Diretor-Geral da ANP. Os nomes precisam ser sabatinados no Senado;
- José Cesário Cecchi está como Diretor-Geral Substituto da ANP. José Gutman foi convocado para exercer interinamente o cargo de diretor substituto para compor a diretoria.



Tempo de leitura:
3 minutos

Rodrigo Limp é o novo secretário de Energia Elétrica do MME. No dia **17.03**, o Diário Oficial da União (DOU) publicou a nomeação de Limp para o Ministério.



O secretário é engenheiro eletricista e Mestre em Economia do Setor Público pela UnB. Possui especialização em Direito Regulatório de Energia e MBA em Gestão de Empresas de Energia Elétrica pela FGV. Na Aneel, atuou como especialista em regulação de 2007 a 2015 na Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição. É Consultor legislativo da Câmara dos Deputados na área de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, onde ingressou em fevereiro de 2015. Em 2018 tomou posse como Diretor da Aneel.

Hélio Guerra tem seu nome encaminhado pelo Presidente da República para apreciação do Senado para exercer o cargo de Diretor da Aneel, que anteriormente Limp ocupava.



Guerra é engenheiro eletricista e Mestre em Sistema Elétrico de Potência pela Unifei e Doutor em Planejamento Energético pela Unicamp. Na Aneel foi Superintendente de Estudos e Informações Hidrológicas e Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios de 2004 a 2006. Em 2006 assumiu a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração. Desde março de 2019 é Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME. Enquanto o nome de Helvio não é apreciado pelo Senado, o Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado Júlio César Rezende Ferraz, exercerá o encargo de Substituto de Diretor, por até 180 dias.



Rodolfo Henrique de Saboia também tem seu nome encaminhado para apreciação do Senado. Caso aprovado, exercerá o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, vaga decorrente da renúncia de Décio Fabricio Oddone da Costa.



Saboia é bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, Mestre em Comando e Estado-Maior, Doutor em política e Estratégias Marítimas pela Escola de Guerra Naval e possui MBA em Gestão Internacional pela Coppead. Na Reserva da Marinha é superintendente de Meio Ambiente da diretoria de Portos e Costas, onde atua desde 2012. Atuou também como coordenador do Programa de Reaparelhamento da Marinha, comandante da Força de Superfície e subchefe de Organização do Comando de Operações Navais.

Enquanto o nome de Saboia não é apreciado pelo Senado, o diretor da ANP, José Cesário Cecchi, exercerá o encargo de Diretor-Geral Substituto, por até 180 dias. Para compor a diretoria colegiada, o servidor José Gutman foi convocado para exercer interinamente o cargo de diretor substituto.

A Abraceel deseja sucesso a Limp pelo novo cargo e a Helvio Guerra e Rodolfo Saboia no trâmite da indicação para Diretor da Aneel e Diretor-Geral da ANP, respectivamente!



SRM E ABRACEEL DISCUTEM TEMAS DO ESTUDO PARA ABERTURA DO MERCADO

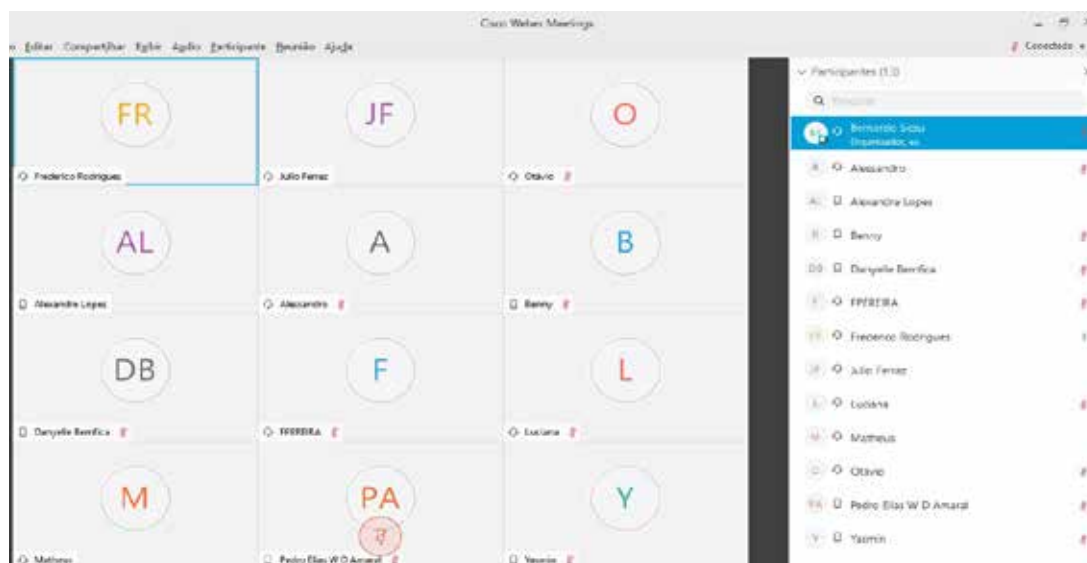
Matéria em 1 minuto:

- Troca do medidor, supridor de última instância, risco hidrológico, sustentabilidade da expansão, contratação futura, CDE, separação atacado x varejo e representação obrigatória por varejista devem ser temas de estudo;
- Estudo será objeto de reunião com diretoria da Aneel e conselho da CCEE na próxima semana, dia 26.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia **20.03**, a Abraceel realizou call com o Superintendente de Regulação e Estudos de Mercado, Júlio Ferraz, e equipe. A intenção foi discutir o estudo que a Aneel e CCEE devem apresentar até 31 de janeiro de 2022 sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW, nos termos da Portaria MME nº 465/2019.



Alexandre Lopes explicou que, do ponto de vista da abertura tarifária e pagamento do uso da rede, o medidor atual permite a migração dos consumidores de baixa tensão para o mercado livre.

A SRM disse que já iniciou a discussão com a SGT e que ficou claro que a troca de 80 milhões de medidores pode ser inviável, por causa do custo e do prazo. Além disso, não existiria essa necessidade uma vez que os atuais medidores volumétricos podem ser utilizados para a cobrança da TUSD na baixa tensão.

Assim, a troca do medidor seria apenas para quem quiser uma solução que exija um medidor diferente do volumétrico, como por exemplo, quem tem geração distribuída e tarifa branca. Entretanto, a SRM considera que este tema deve constar no estudo uma



vez que a medição do consumo em base horária pode ser necessária para a contabilização do agente varejista pela CCEE.

Outro tópico que a SRM considera relevante é a definição do modelo do supridor de última instância (SUI), parecendo-lhes natural que a distribuidora assuma esse papel, pelo menos em um primeiro momento. Assim, os estudos devem abranger a discussão do modelo, forma de custeio, tarifação e outros. Sobre a necessidade de manutenção da exigência de 100% de contratação, Alexandre pontou que, com a separação lastro e energia, não seria preciso ter essa obrigação como mecanismo de adequação do suprimento para assegurar a expansão da geração do sistema e ressaltou que esse item também deve ser estudado.

Outro ponto para estudo é a questão do risco hidrológico. Apesar de a descotização e a recontração de Itaipu poderem aliviar parte desse risco, existem aproximadamente 14 GW médios de CCEARs com risco hidrológico alocado ao consumidor cativo. A Aneel considera esse ponto como um dos mais críticos, devido à preocupação de não onerar os consumidores que irão continuar com as distribuidoras.

Sobre a expansão do sistema, a Abraceel pontuou que, tanto no âmbito do GT Modernização quanto no PLS 232, há uma determinação para a separação lastro e energia antes da abertura para a baixa tensão. Além disso, está em discussão a adoção de um modelo de transição. Nesse sentido, a SRM entende que a sustentabilidade da expansão e a contratação futura devem ser estudadas, com atenção aos impactos ao ACR.

Outro ponto para constar no estudo, segundo a SRM, é quantificar o impacto na CDE, para ajudar nas discussões em outros assuntos, como o fim dos descontos no fio para fontes incentivadas. A Aneel também considera que é preciso explorar a expectativa de velocidade de migração para o mercado livre, abordando experiências internacionais.

Outro ponto suscitado pela SRM foi o da separação atacado e varejo e da representação obrigatória por comercializador varejista. A Abraceel defende que todos abaixo de 500 kW sejam representados por varejista, já que a representação direta de todos os consumidores na CCEE se tornaria inviável. O estudo também abordaria se deve haver limite de preços no mercado, modelo de faturamento e impactos tributários da abertura.

O estudo para a abertura do mercado é um dos temas a ser tratado na reunião da Abraceel com a Aneel e CCEE que será realizada no dia **26.03**.

A apresentação realizada pela Abraceel no call está disponível na área restrita do associado.



MME E ABRACEEL DISCUTEM ISONOMIA NA CONEXÃO

Matéria em 1 minuto:

- CP 91 do MME discute margem de escoamento;
- CP 13 da Aneel discute condições de acesso e conexão ao sistema de transmissão;
- Grupo Técnico da Abraceel realiza call no dia 24, 15h, para discutir os temas.



Tempo de leitura:
5 minutos

CP nº 91/MME: Margem de escoamento

A Consulta Pública nº 91 do MME busca alterar chamadas “Diretrizes Gerais para Definição de Capacidade Remanescente do SIN”, também conhecida como margem de escoamento. As atuais regras foram definidas pela Portaria MME nº 444/2016 e estabelecem que o cálculo da capacidade remanescente irá considerar: (i) empreendimentos vencedores de leilões, com prazo de entrada em operação comercial até 6 meses do início de suprimento e (ii) usinas do ACL desde que o gerador tenha celebrado, até o prazo de cadastramento do leilão, CUST/D e CCT/D para acesso à rede básica/distribuição.

O ministério propõe na CP nº 91 que os dois ambientes de contratação passem a adotar critérios compatíveis. Dessa forma, a minuta de portaria estabelece que, para serem considerados no cálculo da capacidade remanescente de escoamento, tanto vencedores de leilões do ACR quanto usinas do ACL tenham CUST/D ou Parecer de Acesso do ONS até o prazo de cadastramento do leilão.

Outro destaque é que a minuta deixa claro o que a definição de capacidade remanescente para escoamento não gera o direito de preferência, exclusividade ou garantia sobre o ponto de conexão e capacidade de transporte, nem para aqueles que irão participar de leilão regulado. Trata-se, assim, de um mecanismo para orientação de empreendedores, com uma roupagem de mitigação do risco para uma tomada de decisão mais consciente.

Buscando aprofundar o estudo do tema, a Abraceel realizou call no dia 19.03 com a equipe do Departamento de Planejamento Energético do MME que assinou a NT. Lorena Silva, assessora no MME, explicou que sempre houve uma ideia de que a Portaria nº 444/2016 daria uma reserva de margem para o ACR, e que apesar de o regulamento não ter isso definido, o objetivo é eliminar essa visão.

Na sua visão, com a inclusão dos empreendimentos que já possuem Parecer de Acesso, é possível contribuir para que a informação para os empreendedores seja mais completa, mitigando riscos. Outro avanço na proposta, segundo a assessora do MME, é a retirada da possibilidade de mudança do ponto de conexão, o que confere maior previsibilidade à análise de capacidade de escoamento publicada.

A Abraceel pontuou que, em análise preliminar, a proposta é um avanço na isonomia no acesso à conexão para o ACL, pois não garante preferência ao ambiente cativo e estabe-



lece o mesmo requisito para os dois ambientes serem considerados no cálculo da margem. Entretanto, a Abraceel comentou que considerar o CUST/D e o Parecer de Acesso pode eliminar do cálculo vários projetos que já estão em desenvolvimento, já que o Parecer é uma etapa muito adiantada e que a assinatura do CUST ocorre geralmente 30 dias após a emissão do Parecer.

Nesse sentido, uma sugestão seria considerar no cálculo da margem de escoamento quem já tem a solicitação de acesso e a outorga, o que daria uma sinalização melhor dos projetos que já estão em desenvolvimento, em linha com o caráter orientativo do documento. O Ministério apontou que estão abertos à contribuição, reconhecendo o mérito do pleito, mas que dificuldades operacionais são comumente apontadas como barreiras para disponibilização dessas informações. Assim, na visão do Ministério, a minuta de portaria traria uma evolução possível de curto prazo.

CP nº 13/Aneel: Condições de acesso e conexão ao sistema de transmissão

Também está aberta a Consulta Pública nº 13/2020 da Aneel, que discute as condições de acesso e conexão ao sistema de transmissão, em especial os prazos para a emissão do Parecer de Acesso e as dificuldades para celebração do CCT.

Parecer de Acesso

Atualmente, a REN nº 281/1999 estabelece que os Pareceres de Acesso devem ser emitidos em até 30 dias após solicitação do acessante para casos em que o acesso não demandar reforços e em 120 dias para os demais casos. Porém, os Procedimentos de Rede estabelecem prazos de 60 dias a m ano, dependendo do caso, o que gera incompatibilidade entre a REN e os Procedimentos de Rede.

Mesmo assim, em 2018 e 2019, o ONS melhorou muito o cumprimento dos prazos para emissão do Parecer, em razão da reestruturação dos seus processos internos e da implementação do sistema automatizado de gestão do acesso (SGAcesso). Segundo a NT, os prazos para acesso são tão relevantes que uma das soluções para acelerar o processo de acesso foi permitir nos editais dos Leilões A-4 de 2017 a 2019 a celebração prévia dos contratos antes da emissão do Parecer de Acesso, em discordância à regulamentação vigente.

Sobre esse tema, a Aneel sugere) a Alternativa 3 da AIR que compreende a redução gradual dos prazos em dois anos, de forma que no segundo ano, os prazos de emissão de parecer em caráter permanente sejam iguais ao do parecer para uso de capacidade remanescente, quando o acesso não demandar expansão do sistema. Quando houver necessidade de expansão, a meta será emitir o Parecer de Acesso em até 60 dias.

Nessa alternativa, propõe-se ainda que o ONS disponibilize aos agentes para consulta a fila de solicitação de acesso, dando maior publicidade ao processo de acesso. A Abraceel considera que essa transparência otimiza a gestão dos agentes de geração e vai em linha com aperfeiçoamentos nos estudos de conexão. Assim, uma possível sugestão é que sejam divulgados também quem solicitou o acesso, quando foi feito o protocolo, em qual ponto de conexão, previsões de datas para conexão, e qual potência a ser injetada.



Conflitos na negociação do CCT

Outro ponto abordado nessa CP é a dificuldade na assinatura do Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT). Como se trata uma negociação com agente detentor de monopólio natural, é importante equilibrar a negociação entre acessantes e transmissoras, já que hoje há uma grande assimetria de poder.

A Aneel expõe que não há uma minuta padrão de CCT homologada e que cada transmissora tem a prerrogativa de padronizar seus contratos. Nesse sentido, uma sugestão seria definir itens obrigatórios para constar no contrato, de modo a garantir equilíbrio na negociação e evitar cláusulas leoninas, criando uma minuta padrão de CCT.

A proposta da Aneel, Alternativa 2 do AIR, engloba um conjunto ações, das quais se destacam: (i) aprimorar as cláusulas mínimas previstas no CCT, (ii) dar publicidade aos CCT firmados, (iii) firmar um único CCT por ponto de conexão no caso de o acesso envolver mais de uma transmissor e (iv) facultar a celebração de um único CCT no caso de acesso compartilhado de acessantes em um único ponto de conexão.

Com objetivo de discutir as duas CPs em questão, que fazem parte da meta de “Isonomia na conexão para o ACL” constante do Planejamento Estratégico da Abraceel, o Grupo Técnico agendou call no dia 24.03 às 15h.



CCEE REALIZA REUNIÃO DE INTERAÇÃO COM AS ASSOCIAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO VIA PLATAFORMA ONLINE

Matéria em 1 minuto:

- CCEE avalia alterar convocação presencial para assembleia que elegerá novos conselheiros;
- Primeiros resultados mostram redução do ESS com PLD horário;
- Câmara aguarda abertura de AP sobre garantias financeiras.



Tempo de leitura:
3 minutos

A Abraceel participou, em **29.03**, da reunião tradicionalmente promovida pela CCEE com as associações do Setor Elétrico, a qual foi realizada de forma não presencial, via videoconferência.

Na ordem da pauta, o Presidente do Conselho da CCEE, Rui Altieri, discorreu sobre os grandes números do setor, dos quais destacou o expressivo crescimento de 19% no quantitativo de agentes da Câmara nos últimos 12 meses, que chegam agora a 9.296 agentes. Rui manifestou sua preocupação quanto aos 347 agentes comercializadores registrados, principalmente em relação aos agentes desligados da Câmara e que retornam ao mercado. Disse ainda haver 10 novas adesões confirmadas e mais 73 em processo de adesão.

Apontou também que o consumo do SIN projetado para 2019 em 2014 era de 73.777 MWh, ou seja, previa-se um crescimento de 15%, com taxa anual de 3,6%, mas o realizado total em cinco anos foi de 5,3% (1,3% ao ano), alcançando apenas 64.587 MWh no ano passado. Nesse sentido, questionou a previsão otimista de crescimento da carga nas revisões quadrimestrais, que impacta a formação de preços, tendo a CCEE manifestado em ata a sua discordância quanto aos valores.

Na sequência mostrou outros indicadores dos mercados livre e regulado, nesse destacando a consolidação do MVE, e o trabalho da CCEE na área de tecnologia, com a integração de seus sistemas junto aos agentes. Está em discussão junto à Aneel a exigência de garantias para a participação no MVE.

Comentou sobre a possível solução para o problema GSF ora em tramitação no Congresso, as 146 liminares ainda vigentes, e os créditos e débitos em aberto. Conforme apresentado pela CCEE, existem atualmente R\$ 8,3 bilhões em aberto do GSF, sendo R\$ 4,6 bilhões relativos aos efeitos da liminar obtida pela Apine.

Sobre a possível modernização do parque térmico, por meio dos próximos leilões (30 de abril e A-6 em setembro), Rui mostrou simulação sobre o impacto tarifário e formação de preço com o despacho de UTE's com CVU limitado a R\$ 300/MWh.



Outros assuntos na pauta, também apresentados pelas Conselheiras Talita Porto e Rose Santos, incluíram o tópico Formação de Preços e Segurança do Mercado. No primeiro, Talita mencionou os aprimoramentos CPAMP para o PLD, que incluem a priorização dos estudos sobre os impactos da previsão de vazões na volatilidade, governança e preço horário. Destaque para a notícia da operação sombra do PLD horário, que ocorrerá até dezembro deste ano. Os resultados de janeiro e os preliminares de fevereiro aponta redução significativa do ESS com a adoção do preço horário.

Com respeito à Segurança do Mercado, Rose detalhou as diretrizes de atuação da CCEE, que incluem a Chamada de Margem Semanal, Indicadores de Mercado, Alterações Regulatórias, Parcerias com B3 e BBCE e Estudo sobre Garantias Financeiras para o MVE. Na Chamada de Margem Semanal, destacou os propósitos de i) melhorar a segurança do mercado multilateral, ii) buscar mecanismos para antecipar os registros de contratos na CCEE (com montantes de energia), iii) mitigar de forma antecipada o risco de inadimplimento, iv) aplicar sanções antecipadas e v) evitar o “aluguel” de lastro financeiro. Informou que se aguarda a abertura de audiência pública pela Aneel e que, neste momento, novas propostas estão sendo analisadas.

Nas Alterações Regulatórias previstas, mencionou a intenção de ampliar o rol de exigências para adesão de novos agentes à Câmara, com a inclusão da obrigatoriedade de apresentação de informações financeiras adicionais e do grupo econômico das empresas, aplicação de sanções a descumprimentos, redução do prazo de desligamento, entre outras.

Mencionou memorando de entendimentos com B3 e BBCE para o compartilhamento de informações e estruturação de sistemas de garantias.

Ao final, Rui destacou as dificuldades para realização da próxima Assembleia dos agentes, na qual está prevista a eleição de 3 novos membros do CAd, em face da impossibilidade de reunião presencial em larga escala, devido à pandemia. A CCEE já fez a convocação presencial, que possivelmente deverá ser alterada.

A apresentação da CCEE está disponível na área restrita do associado.

TEMA	STATUS	PRÓXIMOS PASSOS
Abertura de Mercado	(i) PLS 232 aprovado nas Comissões do Senado; (ii) Carta FASE de apoio ao PLS 232 assinada por 14 associações; e (iii) reuniões com instituições para discutir as medidas necessárias para abertura < 500 kW	(i) Com a apresentação do recurso, o PLS 232 será analisado pelo Plenário do Senado Federal, e então seguirá para a Câmara dos Deputados; e (ii) Elaboração de Termo de Referência para contratação do estudo da Abertura do mercado < 500kW
Isonomia na conexão ACR/ACL	(i) Aberta a CP nº 91 MME: Capacidade remanescente do SIN para escoamento de geração; (ii) Aberta CP nº 13 Aneel: Conexão ao sistema de transmissão; e (iii) Call com MME	Call do GT no dia 24.03, às 15h, para discutir os principais pleitos a serem defendidos pela Abraceel
Isonomia no prazo de estabilização da TUST	(i) enviada carta ao DG da Aneel solicitando prioridade na revisão da REN 559; e (ii) call com o Diretor-Geral	Reunião com Aneel e CCEE em 26.03, onde será reforçada a necessidade de prioridade na regulamentação
Governança do PLD	(i) Enviada contribuição ao Comitê Técnico PMO/PLD; e (ii) Aberta CP nº 08 Aneel: Redecaração de inflexibilidade	Minuta de contribuição CP nº 08 Aneel: Redecaração de inflexibilidade
Chamada de Margem Semanal	Aneel está elaborando NT e AIR com as propostas recebidas do mercado	Abertura de CP na Aneel para discutir as propostas
Gestão de Risco	Divulgação da cartilha Abraceel/Dcide sobre Gestão de Risco	(i) WS Aneel/Abraceel para tratar da Cartilha de gestão de risco; e (ii) WS com associados para troca de experiências sobre gestão de risco
Preço Horário	(i) Acompanhamento do Dessem na operação; (ii) Encontros CCEE: acompanhamento do preço sombra e dos avanços para implementação na formação de preço; e (iii) Reuniões FT-PrevCargaDessem e FT-Dessem	(i) Reunião GT Metodologia CPAMP; (ii) Reunião do GT Abraceel com o ONS
Participação ONS	Diretoria da Aneel decidiu, por maioria, não discutir a participação dos comercializadores no ONS	Discussão com os associados
Lastro e Energia	(i) Reuniões com a frente de atuação lastro e energia do CIM; e (ii) Mudança na redação do PLS 232 de forma a assegurar o direito de repasse do lastro legado	Definição do mecanismo de adequabilidade pela frente de atuação lastro e energia, no âmbito do CIM
GSF	(i) Aprovação do PL 3975/2019 na CAE do Senado; (ii) Aguardando deliberação do Plenário	Atuação no Congresso Nacional, inclusive via FASE

GÁS

Atuação nos Estados	(i) Reunião na Arsesp com associados; (ii) Contribuições enviadas: CP nº 17 Arsesp: Swap de Gás; CP nº 02 Arsesp: Agenda Regulatória; CP nº 01 Agerba: mercado de gás na Bahia; (iii) Carta enviada ao Governador do RJ e ao conselheiro presidente da Agenersa, via Fórum do Gás, declarando apoio ao trabalho do estado em prol da abertura do mercado; e (iv) Definição de estratégia de atuação no Fórum do Gás	(i) Concluir contribuição da Abraceel para a minuta de Diretrizes Federais para melhoria da regulação estadual em discussão no Fórum do Gás; (ii) Aguardar deliberação das CPs; e (iii) WS Arsesp: aprimoramento das regulações do mercado livre de gás
PL do Gás (3.975/2015)	(i) PL considerado prioridade do Governo e da Indústria; e (ii) enviada carta ao Dep. Rodrigo Maia, via Fórum do Gás, solicitando reunião e urgência na aprovação	Articulação no Congresso Nacional e na Mídia
Abertura do Mercado de Gás	Discussão de estudo para identificar barreiras (contratuais, tarifárias, etc.) e propor melhorias para abrir o mercado e efetivar a comercialização de gás	Elaboração de Termo de Referência e discussão com os associados
Chamadas Públicas de Transporte	Aprovado novo edital para nova chamada pública do Gasbol	Solicitada reunião com ANP



RADAR LEGISLATIVO

PLS 232 vai a Plenário

O senador Jean Paul Prates (PT/RN) apresentou recurso para que o PLS 232/2016 (portabilidade da conta de luz) seja apreciado no Plenário do Senado Federal antes de seguir para a Câmara dos Deputados. O recurso foi assinado pelos senadores Major Olímpio, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Paulo Rocha e Jorge Kajuru. Agora a matéria deve ser apreciada em Plenário antes de ir para a Câmara.

O **Fase assinou carta aos senadores manifestando apoio ao PLS 232/2016**, destacando que o projeto significa um marco histórico para o setor de energia elétrica e trará benefícios para a sociedade e para a economia brasileira. A carta está disponível na área restrita do site da Abraceel e foi assinada pela ABAQUE, ABCE, ABIAPE, ABINEE, ABIOGÁS, ABRACE, ABRACEEL, ABRADÉE, ABRAGE, ABRATE, ANACE, APINE, COGEN e FMASE.

Senado aprova estado de calamidade pública

Em virtude da pandemia do COVID-19 (coronavírus), o Senado aprovou, em sessão virtual, estado de calamidade pública. Com o cenário atual, há grandes chances da pauta de energia não avançar na Casa. Ou seja, não é possível prever quando os projetos da portabilidade e GSF serão pautados no Plenário.

E o PL 1917?

Também devido ao cenário de pandemia, a pauta da Casa assumiu outro foco. Vamos acompanhar o desenrolar das atividades do Legislativo nessa nova conjuntura, mas não há previsão para as comissões voltarem a funcionar. Dessa forma, não há como deliberar o PL 1917.



CURTAS

Abraceel se reúne com o IBP

A diretoria de energia da Abraceel e o Conselheiro Paulo Tarso, da Petrobras, realizaram, em **19.03**, reunião telefônica com o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), com objetivo de promover aproximação entre as instituições, O IBP foi representado por José Luiz e Felipe Botelho. Na pauta, a abertura dos mercados de gás e energia elétrica. Adicionalmente, foi discutida a possibilidade de serem realizadas reuniões entre os Grupos Técnicos de ambas instituições, para troca de experiências e trabalho conjunto nos temas de interesse mútuo. Já no longo prazo, foi discutida a possibilidade de realização de um Workshop conjunto entre as instituições para discutir os principais temas do mercado de gás e energia, assim que passar o estado de emergência de saúde pública.

MME institui Comitê Setorial de Crise

Por meio da Portaria nº 117 publicada no dia **18.03**, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Comitê Setorial de Crise, devido à necessidade de adoção de medidas para o enfrentamento dos efeitos da incidência do coronavírus. Na portaria são descritos normas e procedimentos a serem adotados tanto no âmbito da admi-

nistração central do MME quanto pelos Setores de Energia e Mineração, enquanto pendurar o estado de emergência de saúde pública. **Detalhamento das normas e procedimentos estão descritas na Portaria nº 117, que está disponível na área restrita aos associados do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.**

Adiada reunião do GT Metodologia CPAMP

No dia **18.03**, a EPE informou que está adiada a reunião para apresentação do andamento dos trabalhos do GT Metodologia CPAMP relativo ao ciclo 2019/2020, agendada para o dia **25.03**. O motivo é a necessidade de reorganização das equipes de algumas instituições participantes do GT Metodologia, devido ao atendimento às orientações de mitigação de riscos relacionados ao coronavírus. A nova data e horário da reunião serão informados em breve no site da EPE, que continuará seguindo o formato de transmissão ao vivo, sem reunião presencial no ONS ou CCEE, atendendo à instrução de se evitar aglomerações.

Aprovado o edital da Chamada Pública da TBG nº 01/20

No dia **19.03**, por meio do Despacho nº 264, O Diretor-Geral Substituto da ANP aprovou o Edital da nova Chamada Pública nº 01/20 encaminhado pela TBG, para Contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural no Gasbol. Com a aprovação, a transportadora deve divulgar o Edital e deixá-lo disponível em seu site da internet, bem como seus anexos e



as tarifas aplicáveis. Os termos do Edital e de seus anexos só poderão ser alterados mediante prévia e expressa aprovação da ANP.

Autorização para importar e/ou exportar energia elétrica

No dia **18.03**, foram disponibilizadas no site do Ministério de Minas e energia informações e orientações para que os agentes interessados possam requerer autorização para importar e/ou exportar energia elétrica da Argentina e Uruguai, nos termos da Portaria MME nº 339/18 e da Portaria MME nº 418/19. Estão disponíveis arquivos como a legislação pertinente ao assunto e um modelo proposto de requerimento. **A referida página eletrônica pode ser acessada por meio do seguinte link: <http://www.mme.gov.br/web/guest/autorizacao-para-importar-e-exportar-energia-eletrica>.**

Convocação da 21ª Assembleia Geral Ordinária da CCEE

Por meio do comunicado nº 188, a CCEE convocou os agentes para a 21ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada na sede da Câmara no dia 15.04 às 13h em primeira convocação e, em não havendo quórum, às 14h em segunda convocação, com qualquer número de participantes. Na pauta: (i) Examinar e aprovar as demonstrações financeiras do ano de 2019; (ii) Aprovar os relatórios dos auditores independentes dos processos de contabilização e de liquidação financeira das operações em 2019;

(iii) Eleição de 3 membros titulares e suplentes para o Conselho Fiscal; (iv) Definir remuneração e os benefícios dos membros do Conselho Fiscal e do CAd; (v) Eleição de 3 membros e vice-presidente para o CAd; e (vi) Outros assuntos. **Atenção:** Devido à situação excepcional causada pela pandemia do coronavírus, a CCEE fará transmissão ao vivo da 21ª AGO. Por essa razão, é importante que os agentes efetuem seus cadastros via sistema, até o dia **14.04**, às 12h. Diante desse cenário, o planejamento da Assembleia poderá sofrer alterações, a depender dos desdobramentos das medidas de contenção da pandemia e, caso isso ocorra, a CCEE informou que avisará com antecedência.

Abraceel lançará versão atualizada da cartilha do consumidor livre

Estamos atualizando o conteúdo da cartilha Mercado Livre de Energia Elétrica - Guia Básico para Consumidores Livres e Especiais. Encaminhamos o documento para avaliação dos associados e as contribuições podem ser enviadas até o dia 27.03. O material também está disponível na área restrita. Como fizemos na primeira edição, vamos disponibilizar a arte para que cada empresa associada possa colocar a sua logomarca e realizar as impressões para entregar ao seu público.

Pauta Aneel

Está na pauta da reunião de diretoria da Aneel a aprovação dos Editais dos Leilões nº 2/2020-ANEEL e nº 3/2020-ANEEL, denominados Leilões de Energia Existente “A-4, de 2020” e “A-5, de 2020”, respectiva-



mente, destinados à compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existente e a proposta de abertura de Consulta Pública com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de repasse dos custos do encargo de segurança energética para contratos regulados, formulada por meio da Nota Técnica nº 75/2019, emitida pela SRM. A reunião ocorrerá na sede da Agência, às 09h.



AGENDA SEMANAL ABRACEEL

24.03 Terça-feira

Grupo Técnico realiza call para discutir Isonomia na Conexão: CP nº 91/MME e CP nº13/ Aneel, às 15h.

26.03 Quinta-feira

Seguindo o calendário de reuniões periódicas com as entidades setoriais, o Conselho e a Diretoria Executiva se reúnem com o diretor geral da Aneel, André Pepitone e o presidente do Conselho de Administração da CCEE, Rui Altieri, às 14h30, via vídeoconferência.